

É TEMPO DE ESPERANÇA... MAS A LUTA CONTINUA!

Cesar Augusto Sadalla Pinto¹

Em 2023, a sociedade brasileira deixou para trás quatro anos do desgoverno genocida, negacionista e golpista, daquele que agora se encontra inelegível. A vontade popular se impôs àqueles que tentaram dar um golpe em nossa democracia e atentaram contra nossos amigos, familiares e compatriotas, muitos dos quais perderam a vida pelo descaso com a ciência no contexto da pandemia da Covid-19. Por meio dessa 6ª edição da Revista de Educação Física, Saúde e Esporte do Instituto Federal do Ceará, celebramos a vida, a ciência e a democracia.

Os tons de verde dessa edição anunciam a esperança de dias melhores para todos nós que somos trabalhadores. É tempo de esperança... mas a luta continua! Os movimentos progressistas não podem baixar a guarda, ainda mais diante do crescimento de posturas extremistas com a intenção de destruir os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e o próprio estado democrático de direito. No campo político institucional, tais posturas encontram representatividade e tentam impor ao conjunto da sociedade retrocessos há muito superados, ameaçando o direito ao casamento homoafetivo, o direito ao aborto, o direito dos povos indígenas, entre outros.

Na educação e, particularmente, no contexto dos Institutos Federais, o obscurantismo político e social precedente também é sentido e contribui para a consolidação de uma cultura institucional desfavorável à organização pedagógica, com a intensificação do trabalho docente, o enfraquecimento dos processos democráticos institucionais e a ampliação do gerencialismo educacional, os quais se direcionam no sentido da precarização do trabalho do professor e depreciação da qualidade da educação pública recebida pela classe trabalhadora.

Como professor EBTT², vivencio uma realidade institucional onde é assustadoramente corriqueira a exclusão dos professores, entre outros atores educacionais, das instâncias decisórias, sendo escassos ou inexistentes os espaços de participação da

1 Professor do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte e editor da Refise. E-mail: cesarsadalla@ifce.edu.br.

2 Atual carreira de magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) criada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, caracterizada pela atuação verticalizada, ou seja, os docentes atuam em todos os níveis e modalidades de ensino da instituição (Araújo; Mourão, 2021).

comunidade por meio de instâncias colegiadas legítimas e empoderadas. Associado a isso, a burocratização e o produtivismo, sintomas do gerencialismo educacional, são incorporados abertamente aos discursos e práticas dominantes, nos moldes do que já ocorre no setor privado, com a consequente subordinação das atividades finalísticas institucionais ao chamado “interesse da administração”. Esses discursos e práticas revestem-se de interesse público, quando na verdade atuam contra esse interesse, já que precarizam a educação.

Estudos e pesquisas apontam que a intensificação do trabalho docente (Araújo; Mourão, 2021; Medeiros; Torres, 2018), as práticas de poder verticalizadas exercidas pela gestão institucional (Guerreiro, 2015) e o gerencialismo educacional (Baccin; Shiroma, 2016), corroboram para a precarização do trabalho do professor no âmbito dos Institutos Federais, entre outros aspectos dessa complexa realidade. Nesse contexto, o professor é gravemente ofendido em sua autonomia e dignidade, sendo subordinado a tarefas verticalmente instituídas, as quais se distanciam dos objetivos do ensino e servem a propósitos meramente administrativos.

As atividades que deveriam se constituir apoio ao ensino, entre elas a própria gestão, passam a ser tratadas como atividades finalísticas. De acordo com Hargreaves (1998, p. 125 *apud* Mendonça Neto; Antunes; Vieira, 2015, p. 675, grifo nosso), os professores vivenciam um cenário de “colonização administrativa”, em que os gestores apropriam-se do tempo e espaço docente com seus próprios propósitos, relegando a aula uma dimensão menos importante. A esse respeito, Russo (2011, p. 512) alerta que a administração escolar deve ter como fundamento as características e especificidades do trabalho pedagógico, não podendo violar a natureza do administrado.

Acredito que a precarização do trabalho dos professores nos Institutos Federais é causa e consequência do enfraquecimento das forças democráticas, associado ao recrudescimento de uma cultura institucional gerencialista, burocrática e produtivista. O professor, preterido em seus projetos de ensino, excluído das instâncias decisórias e prejudicado em sua profissionalidade, transmuta-se em um “tecnólogo do ensino” (Veiga, 2002).

A instituição educacional deveria: promover o desenvolvimento docente, assegurando o exercício da autonomia e profissionalidade do professor e tornando-o protagonista no processo de gestão e inovação institucional (Imbernón, 2011; García, 1999; Nóvoa, 1992); privilegiar os processos de reflexão dos professores em uma perspectiva crítica

(Libâneo, 2012) e de reconstrução social³ (Zeichner, 2008), reconhecendo-o como uma intelectual crítico reflexivo (Pimenta, 2012); possibilitar condições para prática de pesquisa favorecendo o desenvolvimento de racionalidades estimuladoras da autonomia docente (Therrien; Nóbrega-Therrien, 2013).

À guisa de conclusão, comemoramos a vitória **da vida**, com o controle da doença causada pelo novo coronavírus a partir do fortalecimento da cultura vacinal em nosso país; **da democracia**, com a escolha de um governo por meio do sufrágio universal, apesar das investidas antidemocráticas de grupos extremistas; e **da ciência**, com a destituição do negacionismo como postura política hegemônica. *A luta continua sendo a única alternativa para que possamos avançar uma agenda comprometida com a superação das injustiças sociais e com a melhoria da qualidade da educação pública e gratuita, particularmente no contexto dos Institutos Federais. É tempo de esperança... mas a luta continua!*

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. O trabalho precário nos Institutos Federais: uma análise dos processos de intensificação do trabalho verticalizado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e226325, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147226325. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186946>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BACCIN, Ecléa Vanessa Canei; SHIROMA, Eneida Oto. A intensificação e precarização do trabalho docente nos Institutos Federais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 129-150, set./dez. 2016. DOI: 10.22196/rp.v18i39.3619. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3619>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores**: para uma mudança educativa. Porto-Portugal: Porto Editora, 1999.

GUERREIRO, Patrícia Lana Pinheiro. A Falsa Democracia da Expansão Educacional pela Lei 11.892/2008: Resultados em Forma de Precarização do Trabalho Docente em um IF do Nordeste Brasileiro. **Org & Demo**, Marília, v. 16, n. 1, p. 53-68, Jan./Jun., 2015. DOI: 10.36311/1519-0110.2015.v16n1.5161. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/5161>. Acesso em: 27 dez. 2023.

³ A tradição reflexiva de reconstrução social é aquela que “[...] acentua a reflexão sobre o contexto social e político da escolaridade e a avaliação das ações na sala de aula quanto à sua contribuição para uma maior igualdade e para uma sociedade mais justa e decente” (Zeichner, 1993, p. 24).

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evando (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 63-93.

MEDEIROS, Jássio Pereira de; TORRES, Leonor Lima. Relações entre cultura organizacional e trabalho docente no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. **Roteiro**, [S. l.], v. 43, n. esp, p. 241–272, 2018. DOI: 10.18593/r.v43iesp.16362. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16362>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; VIEIRA, Almir Martins. Controle do trabalho docente: provocações foucaultianas para análise da gestão universitária. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 665-683, nov. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/2326>. Acesso em: 24 dez. 2023.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 15-34.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 20-62.

RUSSO, Miguel Henrique. Trabalho e administração da escola: desenvolvimento e apropriação do sentido que assumem no processo de produção pedagógica. **RBPAAE**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 361-588, set./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/26416>. Acesso em: 24 dez. 2023.

TERRIEN, Jacques; NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria. A integração das práticas de pesquisa e de ensino e a formação do profissional reflexivo. **Educação**, Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 619-630, set./dez, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/9266/pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Professor: Tecnólogo do ensino ou agente social? *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.). **Formação de professores: Políticas e debates**. Campinas, SP: Papirus, 2002, p. 61-87.

ZEICHNER, Kenneth M. A formação reflexiva de professores: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 535-554, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/108>. Acesso em: 20 mar. 2020.